



## Comitê de Representantes

Aprovada na 1175ª sessão

ALADI/CR/Ata 1173  
14 de maio de 2014  
Horário: 10h23m às 12h46m

### ATA DA 1173ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  2. Assuntos em pauta.
  3. Projeto de Resolução Dia internacional da Mãe-Terra.
  4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho Sistema de Apoio aos PMDERs (ALADI/CR/di 3901).
  5. Relatório da Quadragésima Quinta Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CFM/XLV/Ata).
  6. Assuntos diversos.
-

Preside:

DIGNA M. DONADO

Assistem: Rubén Javier Ruffi, Sergio Luis Iaciuk, Pablo Ducros (Argentina), Benjamín Blanco Ferri, Jenny Encinas (Bolívia), Roberto Goidanich, Félix Baes De Faria, José Vitor Carvalho Hansem, Pedro de Andrade (Brasil), Alex Rodrigo Chaparro Cavada (Chile), Alejandro Borda Rojas, Luz Marina Rivera Rojas (Colômbia), Igor Azcuy González (Cuba), Gustavo Anda Sevilla (Equador), Alejandro de la Peña Navarrete, Oscar Ricardo Gallegos Sánchez, Diana Morales Robles, José Alberto Martínez Dávila (México), Digna M. Donado, Mara Imelda Pardo Barahona (Panamá), Bernardino Hugo Saguier Caballero, Raúl Cano Ricciardi, Miguel Ángel López Arzamendia, Pedro Villalba (Paraguai), Aída García Naranjo Morales, María de Fátima Trigoso Sakuma, Ricardo B. Romero Magni (Peru), Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai), Juan Carlos Gómez Urdaneta (Venezuela), Maurizio Gelli (Nicarágua).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez

Subsecretário: César Llona, Pablo Rabcuk

---

PRESIDENTA. Bom-dia a todos. O Embaixador, Presidente do Comitê, pediram que eu ocupasse seu lugar porque quer expressar algumas palavras visto que hoje é o dia de celebração do seu país. Portanto, se estiver de acordo, Secretário, poderíamos começar por isso. De todas formas, vou ler a ordem do dia primeiro para que seja aprovada, logo após procederíamos com esse tema primeiro que nada.

#### 1. Aprovação da Ordem do Dia

...Não há nenhuma objeção para aprovar a Ordem do Dia? Então, fica aprovada.

Senhor Embaixador tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Bernardino Hugo Saguier Caballero). Muito obrigado, prezada Embaixadora, muito obrigada por ocupar a presidência nesta sessão na qual pedi especialmente poder sentar na minha *banca*, na *banca* do Paraguai, para poder referir-me à festa da pátria que hoje coincide com esta reunião do Comitê.

Há 203 anos a República do Paraguai se independentizava. Há três anos, em 2011, celebrávamos o Bicentenário. Foi uma festa nacional, foi uma festa da nacionalidade, foi uma festa realmente incrível. O Paraguai vivendo em plena democracia nesse momento, vivendo um momento político fundamental no nosso país visto que já tinha se produzido o que muitos ansiavam acontecer no meu país que era a alternância no poder.

Meu partido, o partido Colorado, tinha governado por mais de 60 anos e em 2008, nas eleições livres e democráticas no processo democrático que vivemos desde 1989, passaram 25 anos, em 2008 ganhou uma coalizão encabeçada pelo Frente Guazú, em português frente ampla, encabeçada pelo Presidente Lugo e aliado ao Partido Liberal com o Vice-Presidente Federico Franco. Foi uma festa realmente

impressionante. Tive a sorte, porque realmente foi uma sorte, de coordenar os trabalhos. Eu estava sendo Coordenador da Cúpula Ibero-Americana e o Presidente Lugo não encontrou nada melhor que dizer que a equipe Ibero, que eu encabeçava, se encarregasse de tudo o que se relacionava à organização das celebrações. E para mim foi uma grande satisfação poder fazê-lo, poder conviver com essa festa nacional que não somente se viveu na capital, mas que se viveu em todo o país. Foi um momento culminante na nossa vida política democrática visto que 100 anos atrás, quando se celebravam os primeiros 100 anos da independência, não foi possível celebrar porque havia revolução. 100 anos mais tarde vivia-se em democracia e foi possível celebrar. De fato, os 100 anos foram celebrados no ano seguinte, em 1912. Então, para nós tinha uma tremenda significação e encontramos um país unido, um país contente vivendo esse momento tão transcendente.

Para o Paraguai não foi fácil nunca viver em democracia nem, muito menos, manter sua independência que não é apenas a independência política, mas também refere-se à independência econômica, à não dependência de determinadas influências estranhas que são normais nas vidas políticas das nações.

Cada um dos dias que passam na minha República é um dia de luta. Temos a fortuna de estar no coração da América e o infortúnio de ser mediterrâneos. Roa Bastos dizia que o Paraguai era uma ilha rodeada de terra. E o Paraguai é, ao mesmo tempo, um país que se caracteriza por ter o número dois presente, nossa bandeira tem dois escudos: um escudo que ratifica a independência da forma mais firme possível com a estrela e, no verso, o leão com a paz e a justiça; temos dois rios importantes: o rio Paraguai e o rio Paraná; temos dois idiomas: o espanhol e o guarani; temos dois partidos tradicionais, fortes e poderosos: o Colorado e o Liberal; temos dois centrais hidrelétricas: uma com a Argentina, Yaciretá; e a outra com o Brasil, Itaipú. Isto é, o número dois parece que signa o destino do Paraguai e faz do Paraguai um país muito particular.

Quis falar nesta oportunidade, não é habitual fazê-lo, mas quis falar porque conforme um colega nosso há pouco tempo houve um interregno aqui na própria ALADI. Quando um ano depois da grande comemoração nacional, que nos encontrou todos unidos, encontramos uma tremenda crise política que significou o impeachment ao Presidente Lugo e, em cumprimento do disposto na Constituição, o Congresso o destituiu.

Tive de defender a posição do Paraguai na OEA e nunca tive dúvidas por um fato muito particular que quero lembrar, que não é de menor importância. Quando o Presidente Lugo, quando o Congresso decidiu levá-lo, através do procedimento, primeiro por Câmara de Diputados, depois de Senadores, o Presidente Lugo aceitou ser processado. Em segunda instância, nomeou defensores e, por último, quando foi decidido no Congresso o afastamento do seu cargo, também aceitou. E lembro muito bem, porque eu estava em Assunção, as palavras que nesse momento nos disse: «vou embora feliz, com o coração cheio de carinho dos que me votaram, me apoiaram» e foi tranquilamente para sua casa. Hoje é senador da República e encabeça seu setor dentro do Senado da Nação.

Nesse processo, nesse momento essa crise autêntica, real, que a vivemos nós em primeiro lugar, que foi compartilhada no mundo internacional, no mundo das nossas Américas com visões diferentes, os mais interessados em que isso fosse superado éramos nós mesmos. Estava em jogo a democracia. Vejam que meu partido, o partido Colorado, entregava-lhe —falando em termos políticos— a presidência ao partido de oposição que há 70 anos estava fora do Governo, com a facilidade que lhe concedia isso que nas eleições que estavam já marcadas para o ano seguinte ia correr

como «o cavalo do delegado», ia competir, porque sempre nos acusaram no partido Colorado de que ganhávamos porque estávamos no Governo. Aqui o partido Colorado, pela decisão política nesse momento tomada em relação à destituição do Presidente, não teve problemas em entregar em bandeja o poder a outro partido para competir livremente. Era um desafio da classe política e nos comprometemos nesse momento todos, em primeiro lugar cumprir com todas as normas democráticas; não houve um único preso político em todo esse tempo, não houve perseguições de nenhum tipo, não foram processadas pessoas do governo anterior para nada, não foram perseguidos, e a vida continuou normalmente, os prazos foram cumpridos e, finalmente, no ano seguinte, em 2012, transcorreu normalmente todo o processo das eleições.

Em 21 de abril de 2013, em eleições totalmente livres e sem nenhum tipo de proibição a nenhum setor político do país, tiveram lugar as eleições nas que foi eleito o Presidente Horacio Cartes. O Parlamento está integrado em ambas as Câmaras por todos os partidos que participaram e a vida política foi reestabelecida.

Mas fica pendente o tema internacional. O primeiro que gostaria de assinalar como importante neste âmbito, no qual há vários integrantes desse grupo, é que fomos todos, todos se interessaram pela sorte do Paraguai, nos acompanharam. Às eleições de 21 de abril assistiu a UNASUL, não somente assistiu a OEA como é tradição no Paraguai. A OEA foi a instituição que desde o ano 1989, que reingressamos ao clube democrático depois de tantos anos, tem acompanhado sempre o processo de consolidação da democracia. No princípio falávamos de transição democrática, hoje podemos falar de uma democracia já consolidada. Foi um momento muito difícil, repito, as tentações de mudar, fazer ampliação de mandato e outras questões às quais os políticos sempre nos têm acostumados, surgiram. No entanto, tudo transcorreu normalmente e atualmente estamos orgulhosos de que transitamos novamente e, de certa forma, nos inserimos novamente na comunidade internacional.

Com os nossos países mais próximos e amigos do MERCOSUL e os da UNASUL foi imediatamente depois, no mesmo dia 21 de abril, o Presidente Carter é eleito, recebeu as ligações de todos os Chefes de Estado e isso posteriormente foi patentizado de forma pessoal, quando em 15 de agosto do ano passado assumiu a presidência e tivemos o prazer de que vários dos presidentes da América Latina, em um número que eu diria superior ao normal, estiveram presentes acompanhando esse momento da reinserção plena; que coincidiu, ainda, como os senhores sabem, com a reinserção nestes organismos que em Montevideu têm sede: a ALADI e também o MERCOSUL.

Ontem e anteontem tivemos um fato muito importante: a reunião do Grupo do Mercado Comum, realizada em Caracas; também nos encaminha, em uma data não muito longínqua, à Cúpula dos Presidentes do MERCOSUL, e digamos que em duas etapas o Paraguai conseguiu sua reinserção normal, total, na comunidade. Uma foi enfaticamente e a propósito realizado, que foi no campo bilateral, que começa desde o próprio dia 21 de abril, data em que o Presidente ganhou as eleições, e consolida-se em 15 de agosto e hoje temos relações normais com todos os países; e depois ficava pendente e isso foi reestabelecido também nestes organismos.

O Paraguai, nestas circunstâncias, quer fazer constar o compromisso que assumiu nesse momento. Nesse momento de tremenda crise, a crise era nossa, senhores, estava em perigo nossa própria democracia. E hoje podemos dizer com satisfação que continuamos por esse caminho. E não é fácil. Os senhores sabem

muito bem porque sempre existem no nossos países setores apegados ao poder que fazem o impossível para poder reverter muitas vezes a vontade popular.

Nós que estamos atravessando assim —outros países também, mas nós em particular— o primeiro período tão longo de vida democrática nos nossos 203 anos de existência. Isso não é um fato menor. E a democracia tem de ser, como as flores, cultivada todos os dias e uma das coisas mais apreciadas deste período foi com respeito aos direitos políticos e aos direitos humanos dos nossos concidadãos, total liberdade de imprensa, liberdade de trânsito, não temos nenhum preso político nem perseguido político no país; é um fato inédito. Para nós é um grande orgulho e nos sentimos acompanhados pela comunidade internacional. Sabemos a preocupação que causou e o que podemos dizer é que cumprimos com os nossos compromissos.

Há um tema pendente que nos comprometemos nesse momento a fazer, foi com as autoridades do Congresso anterior, este Congresso novo tem planejado fazê-lo que é a regulamentação do *impeachment*. Era uma questão pendente. Isto é, a Constituição estabelece o processo político mas não estabelece como se faz. Então, isso foi motivo de bastante discussão entre amigos e não amigos porque realmente a situação é que não estava regulamentado. Essa é uma matéria pendente. Tenho certeza de que em pouco tempo nós teremos que fazê-lo e é responsabilidade do Parlamento fazê-lo e se não o fizerem será o próprio Executivo que impulsionará a regulamentação do *impeachment*. Isto é, o modelo brasileiro que conhecemos, houve momentos em que presidentes foram julgados e então foram separados do cargo enquanto o processo continuava, o qual não estava previsto no Paraguai. Ainda mais, no caso concreto nosso impeachment foi muito curto pelo qual foi muito questionado nesse momento, ficou pendente essa matéria e tenho certeza de que é algo que vamos resolver quanto antes e em consenso entre todos os partidos políticos que hoje estão representados.

Eu gostaria, neste momento, de testemunhar o agradecimento do Paraguai a todos aqueles que nos acompanharam, que se preocuparam pela sorte do Paraguai. Sabemos que o fizeram com boas intenções, mas saibam que os mais interessados em que isto saísse bem somos os próprios paraguaios; somos nós os donos do nosso destino, somos nós os que sofreremos as consequências ou as vantagens das coisas quando saem bem. Então, por isso estamos vivendo um momento muito especial e eu não queria deixar passar esta ocasião.

Sabem que há muito pouco tempo que assumi e, no momento em que assumi, foi muito curto falando sobre o processo que tínhamos passado, mas creio que nesta oportunidade valia a pena lembrar que nos sentimos muito contentes e satisfeitos de estarmos sentados onde estamos, como nos corresponde, que nos sentimos sem nenhum tipo de condicionamento nem temores nem nada, sentados em igualdade de condições com todos os senhores e senhoras.

E esperamos que fatos desta natureza não se repitam no meu país e que também não aconteçam em outros países. E quando aconteçam temos que ser, como temos sido, solidários e procurar que esse país, que passa por uma crise, possa superá-la. O Paraguai conseguiu superá-lo, hoje vive em paz, tranquilidade, com democracia total vigente. E conto-lhes uma anedota: neste momento o partido Liberal, aliado em seu momento do Presidente Lugo e que depois lhe deu as costas e ocupou a presidência, está em conversações no Congresso para fazer uma aliança novamente com Lugo. Assim que essa é a política, assim se maneja a democracia, e assim deveria ser. Temos que ter sempre condições de poder dialogar, conversar e trabalhar em paz e tranquilidade para o bem-estar dos nossos povos. Muito obrigado, Embaixadora.

PRESIDENTA. Ficamos muito contentes com as palavras proferidas. Creio que com justiça porque o acontecido nunca devia ter acontecido, na minha opinião, e fico também contente que neste momento nos sentemos todos ao redor deste círculo como amigos, como companheiros, buscando uma meta para que esta Instituição possa seguir adiante com o esforço que cada um tem, a capacidade de poder contribuir. Muito obrigado pelas suas palavras, senhor Presidente.

Se houver alguém que quiser fazer algum comentário. México.

Representação do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Presidenta. Senhor Secretário-Geral, senhor Subsecretário. Gostaria de tomar um breve momento para parabenizar o Paraguai pela sua festa nacional. Sinto que a independência é um fator que nos une, todos fomos colônias de alguma potência ibérica, embora haja um caso particular, o maior país da região que não sei se a potência estava aqui e a colônia estava na península ibérica mas, em fim, todos fomos colônias de potências na península ibérica. Além disto, os processos de integração talvez com uma exceção obedecem à mesma circunstância: quando Napoleão invade a península ibérica e coloca Pepe Botella e então estes processos de independência estão imbuídos dessas ideias frescas que tinha na Europa que estão já em pedra escrita e que são umas palavras muito significativas: liberdade, igualdade, fraternidade.

Nós fazemos votos para que essa história comum e essa visão comum nos ajudem a avançar ainda mais no processo de integração latino-americana, porque a melhor forma de salvaguardar a independência é estar unidos, é estar juntos. Podemos ter relações, e devemos ter relações com países fora da região, inclusive no caso de acordos de livre comércio, mas essa é a carteira, o coração está aqui. O coração está aqui. E devemos manter-nos unidos. Assim que nos alegra muitíssimo que contrariamente ao que aconteceu no centenário, quando se encontrava o Paraguai em uma situação muito particular, agora três anos depois do bicentenário o Paraguai esteja nas melhores condições para celebrar plenamente sua festa nacional, sua festa de independência.

Em boa hora, senhor Embaixador.

PRESIDENTA. Muito obrigado, senhor Embaixador.

A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Rubén Javier Ruffi). Obrigado, Presidenta. No mesmo sentido que a Delegação do México, para cumprimentar o Paraguai em seu dia, nestes 203 anos desde a Independência e, nesse sentido, queria resgatar das palavras do Embaixador Saguier Caballero as três ideias que nos mencionava e que estavam refletidas nesses dois escudos, na bandeira do Paraguai, que são a independência, a paz e a justiça. E cumprimentamos e temos plena certeza de que esses três valores se mantêm firmemente no Paraguai e, nesse sentido, são refletidos também nos dois âmbitos de integração que temos que participar na cidade de Montevidéu, que é na ALADI e no MERCOSUL.

Temos certeza de que o trabalho que estamos tendo, tanto neste âmbito quanto no MERCOSUL, permitirá fortalecer cada um de nós e avançar pelo bem da integração que é o interesse comum que todos temos.

Portanto, simplesmente algumas palavras para reiterar os cumprimentos da República Argentina, de todos os argentinos, aos irmãos paraguaios em seu dia e em sua festa nacional. Nada mais. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Brasil.

Delegação do BRASIL (Roberto Goidanich). Obrigado, Presidenta. Só para aderir aos parabéns do México e da Argentina e parabenizar também pela data de independência à República do Paraguai, que se independentizou inclusive onze anos antes que o nosso país.

Como mencionou o nosso querido amigo mexicano, o Brasil, naquela época, 1811, era na verdade a sede da metrópole do império luso-brasileiro, e talvez isto explique por que tardamos um pouco mais no nosso processo de independência, que culminou em 1822.

Hoje estamos em uma situação de grande amizade e irmandade com a República do Paraguai em vários aspectos. Por exemplo, o Embaixador Saguier mencionou a usina de Itaipu, que é a usina maior do mundo em termos de produção. A produção de Itaipu continua sendo muito superior à de Três Gargantas, na China, e esse é um empreendimento extraordinário que construímos em conjunto desde os anos 70 e um patrimônio que nos unirá para sempre. E muitos outros, como por exemplo a imensa população de brasileiros que contribuiu inclusive para o desenvolvimento do Paraguai, tudo realmente nos une.

Eu queria parabenizar o Paraguai por esta data tão importante. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Cedo a palavra ao Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado, Presidenta. Somente para aderir às palavras de parabéns dos demais colegas.

O Paraguai é um país irmão para a Bolívia muito importante. Nestes últimos meses conseguimos uma aproximação bastante importante. Temos projetos conjuntos, temos a venda de gás, por exemplo, a preços solidários. E temos certeza de que nesta nova fase do nosso relacionamento bilateral e em todos os organismos de integração vamos construir e reafirmar mais os nossos laços.

Parabenizar o Paraguai também por suas excelentes dados econômicos, neste ano vão quase duplicar o crescimento da região, e outra vez aderir às palavras de parabéns.

PRESIDENTA. A Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Juan Carlos Gómez Urdaneta). Obrigado, presidência. No mesmo sentido, a nossa Representação e o nosso país unem-se ao júbilo da República do Paraguai em sua data bicentenária.

O Embaixador falou de como há três anos tinham cumprido seu bicentenário, e lembrança que todos os países da América Latina por uma ou outra causa que o México já explicou, todos nos unimos de mão nessas datas, que imagino que foi algo tão difícil que do México à Patagônia, de uma forma ou outra, houve um efeito dominó e todos nos irmanamos por essa causa da independência.

Parabenizo-os novamente e acrescento que em Caracas, no âmbito da Reunião do Grupo Mercado Comum, o Paraguai teve uma agenda muito forte de trabalho na Chancelaria, além de sua participação na Reunião houve uma agenda bilateral da qual não tenho os acordos aos que se chegou neste momento mas tenho certeza de que foi reforçado o caráter de irmandade que sempre existiu entre a Venezuela e o Paraguai, e com todos os irmãos do povo do Paraguai.

Muito obrigado e parabéns de novo.

PRESIDENTA. Embaixadora do Peru.

Representação do PERU (Aída García Naranjo Morales). Colegas todos, bom-dia. É um prazer como sempre estar neste espaço que nos reúne a todos e como sempre assinalo esta casa da integração.

Costuma ser na nossa ALADI que no dia que são as festas nacionais não realizamos sessões ordinárias. Portanto, esta é uma sessão que nos serve para poder compartilhar a festa nacional do Paraguai, o qual é uma situação de exceção que cumprimos e reconhecemos como muito valiosa e justamente ao ingressar a esta sala perguntava ao Embaixador se não ia presidir a sessão, e me disse que hoje queria estar na bancada do Paraguai, representar seu país e celebrar esta festa nacional.

Todos os nossos países encontram-se nos âmbitos do bicentenário e que bom que o Paraguai transite este bicentenário e três anos mais celebrando a democracia e, como disse o Embaixador, para os nossos países é de caráter significativo que se sucedam os governos democráticos que não tem acontecido assim durante décadas anteriores. Para o caso do Peru, em particular, de dois séculos de república, dois terços foram ditaduras. E para termos quatro governos democráticos consecutivos é um tema que desejamos sempre defender.

É um prazer cumprimentar o Paraguai por muitos motivos. Os incas e os aimarás tiveram contato com os guaranis e é magnífico escutar no Paraguai os políticos de todas as regiões falar na língua guarani. Isto é, não é possível ser político no Paraguai sem falar as línguas originárias, o qual não acontece em muitos dos nossos países que o mercado centralismo tem feito com que cultivemos a língua dos conquistadores e não a língua dos países originários. Isso devemos destacar do Paraguai. E também devemos destacar o valor, a força, a coragem, a beligerância que teve a luta histórica da que pouco se conhece na América Latina porque nossas duas margens muitas vezes viveram de costas e por isso para nós é fundamental viver integrados, e bem se falou como bandeira nossa, conviver e fazer convergência na diversidade.

É uma honra para nós conhecer o Embaixador Hugo Saguier pela trajetória pessoal que ele tem, pela trajetória de representar sua Nação e todos nós em organismos internacionais.

O Peru gratifica-se também por ter participado no que foi a regularização democrática do processo paraguaio nesse último período, pelo qual a UNASUL ao exPremier Salomón Lerner Ghitis que presidiu a missão da UNASUL para acompanhar o processo e alcançar a participação da totalidade dos atores, incluídos aqueles que tinham sido separados no processo produzido no Congresso da República paraguaia e este processo chegou a um feliz término.

Quero agradecer também neste momento aos amigos do Uruguai, que permitiram que neste território, obrigado ao Embaixador Fisher que era o anterior Embaixador do



Uruguai no Paraguai nos permitisse ter nesse país as sessões que ajudassem a que o conjunto dos atores participassem do processo e legitimassem no processo e regularizassem o que para nós é um tema fundamental.

Reitero meus parabéns, cumprimento este desejo seu de estar em sua bancada com a coragem, com a força, com a bandeira paraguaia sendo defendida que claro é um país irmão, amigo e parte das nossas lutas independentistas. Parabéns, Embaixador.

PRESIDENTA. Cedo a palavra à Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Muito obrigado, senhora Presidente.

Muito brevemente, mas muito emotivamente, para aderir também às expressões de parabéns manifestadas ao Paraguai por ocasião de sua festa nacional.

A Colômbia também se congratula pela atual situação paraguaia e simplesmente quero expressar meus especiais parabéns ao Paraguai porque, uma vez mais, e dessa forma, reafirmamos os vínculos de solidariedade históricos que houve entre a República da Colômbia e o Paraguai; e também nos congratulamos pelo bom processo democrático que se está cumprindo neste importantíssimo país do centro da nossa América do Sul. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Ivannah Garelli Ruggia). Obrigada, senhora Presidenta. Bom-dia.

Nossa Representação quer aderir aos parabéns manifestados nesta Sala e expressamos um afetuoso e fraternal cumprimento ao povo e às autoridades da República do Paraguai.

Nosso país tem tido uma relação historicamente muito estreita com o Paraguai, já desde a época de nosso prócer, José Gervasio Artigas, nos uniu à história, nos uniram laços comerciais, culturais, sociais, que permitiram criar uma relação de irmandade com a República do Paraguai.

Auguramos o maior dos êxitos ao seu país, senhor Embaixador, e que continuem celebrando por muitos anos mais sua independência.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Uruguai.

Agradeço a todos os Representantes que se manifestaram por suas palavras de respaldo e de admiração, em muitos casos, ao processo que o Paraguai transcorreu ao longo de dois séculos.

Continuamos, então, com a Ordem do Dia.

## 2. Assuntos em pauta

...Vamos continuar com os Assuntos em pauta. Cedo a palavra ao Secretário.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidenta.

Claro, antes quero parabenizar o Paraguai no dia de sua independência e sobretudo congratular-nos todos de que, apesar das diferenças, aos diversos matizes que temos, estejamos trabalhando, como disse o Embaixador Saguier, na mesma direção, no mesmo sentido e com o mesmo compromisso e esforço. Portanto, agradecer muito ao Paraguai e também congratulá-lo pelo exemplar processo de normalização institucional que foi um acontecimento muito importante na história contemporânea do Paraguai. Parabéns ao povo paraguaio, parabéns a essa República irmã tão querida.

No documento que está na pasta dos senhores Representantes mencionam-se os assuntos que corresponde dar entrada.

“Documentos publicados

1. Comércio Intrarregional do Paraguai: Características e Perspectivas (ALADI/SEC/Estudo 206).”

PRESIDENTA. É só isso. Cada um o tem em suas pastas, que é: *Comércio intrarregional do Paraguai: características e perspectivas*. Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Bernardino Hugo Saguier Caballero). Simplesmente queria agradecer à Secretaria-Geral a finalização deste trabalho que já nos foi entregue. É muito útil, muito oportuno e já está no nosso país sendo analisado. Temos certeza de que vai contribuir para os planos que neste momento tem nosso Governo em ação. Muito obrigado à Secretaria-Geral.

PRESIDENTA. Queria informar ao Embaixador que o documento foi distribuído a todas as Missões há alguns dias, pelo qual já está em conhecimento de todas as Representações.

### 3. Projeto de Resolução Dia internacional da Mãe Terra

...Seguimos com a Ordem do Dia. Projeto de Resolução Dia Internacional da Mãe Terra, que tinha ficado pendente ao ter feito a Argentina uma série de recomendações, de emendas de forma principalmente.

A Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Desculpe, senhora Presidenta, que a interrompa; pedi a palavra porque considero oportuno dirigir-me a esta audiência antes de entrar em um exercício, que não encontro ajustado totalmente o procedimento, de redação na sala.

Na sessão anterior fiz observações; indiquei que necessitava tempo adicional para consultas, o qual cumpri. Então, considero oportuno que os nossos colegas conheçam a posição colombiana antes de continuar no processo de consideração de eventuais emendas ao projeto, se estiver de acordo, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Adiante.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Muito obrigado, senhora Presidente.

Em primeiro lugar, permita-me expressar os agradecimentos da Representação da Colômbia por ter outorgado nosso Comitê um tempo adicional para consultar com a capital sobre o projeto de resolução apresentado pela Representação da Bolívia sob o título: *Dia Internacional da Mãe Terra*.

Como anunciei na quinta-feira passada, minha Representação acudiu às instâncias pertinentes e competentes na Colômbia sobre a nova versão do projeto de resolução, emendada pelo nosso colega argentino.

É assim como temos recebido instruções que tocam não somente a forma, mas o fundo da proposta. Assim as coisas, minha Representação não está em capacidade de aprovar o texto em sua versão atual.

Permitir-me-ei esboçar alguns comentários sobre o texto que temos diante de nós, embora minha Delegação não tenha apresentado propostas específicas de emenda, pelas razões que serão expostas posteriormente.

Em primeiro lugar, como já tive a oportunidade de assinalá-lo na nossa reunião anterior, com o devido respeito pelas crenças e a cosmovisão de alguns povos e nações, a Colômbia não compartilha o conceito da «Mãe Terra» como entidade ou sujeito de direitos. Aceitamos, sim, o conceito da natureza; assim o reconhecemos nas resoluções que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou sob o caput *Harmonia com a Natureza* desde seu sexagésimo quarto período de sessões, incluído o sexagésimo oitavo, isto é, o que ainda está aberto.

Também a Colômbia uniu-se ao consenso no âmbito do Grupo dos 77 + China, que —por citar um recente exemplo— em sua Declaração adotada pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros em setembro do ano passado, manifestou em seu Artigo 30 —traduzo do inglês, por não ter encontrado uma versão espanhola oficial do documento—:

*Os Ministros reafirmaram que há diferentes aproximações, visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país, de acordo com suas circunstâncias e prioridades nacionais, para alcançar o sustentável e a erradicação da pobreza em suas três dimensões e, neste sentido, os Ministros notaram que alguns países reconhecem os direitos da natureza no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável em harmonia com a natureza.*

E em seu Artigo 32:

*Os Ministros deram as boas-vindas ao diálogo interativo da Assembleia-Geral sobre Harmonia com a Natureza, que teve lugar em 22 de abril de 2013, para comemorar o Dia Internacional da Mãe Terra; o evento discutiu diferentes aproximações econômicas no contexto do desenvolvimento sustentável, para promover uma base mais ética para a relação entre os seres humanos e a Terra, de conformidade com a resolução A/RES/67/214 da Assembleia Geral.*

Outrossim, na Resolução 68/216, a mais recente sobre Harmonia com a Natureza pela Assembleia Geral -que talvez por erro involuntário não se cita no projeto boliviano-, fez-se constar a existência de “diferentes enfoques econômicos” para abordar o desenvolvimento sustentável, tal como foi derivado do diálogo interativo sustentado no ano passado em comemoração do Dia da Mãe Terra.

Desconheço se neste ano já teve lugar um novo diálogo interativo. Em todo caso, seria interessante conhecer suas conclusões para abundar na análise do projeto que hoje nos ocupa.

Em breve, senhora Presidente, citei estes artigos e a Resolução 216 para ressaltar o fato de que tanto em nível das Nações Unidas, quanto do G77 e China — grupo ao qual pertencemos todos os membros da ALADI, exceto um—, foi reconhecida expressamente a existência dessas diferenças.

Senhora Presidenta, o conceito de «desenvolvimento sustentável» é extremamente complexo; sua análise, sua discussão e seu desenvolvimento requerem conhecimentos técnicos, a participação dos Estados, de especialistas independentes, em fim, de outros interessados, para conduzir sua discussão adequadamente. De fato foi discutido nos mais diversos cenários e existe, portanto, um rico, embora intrincado acervo conceitual.

Conforme a Representação da Colômbia, o Dia Internacional da Mãe Terra está intimamente ligado a este conceito; a Resolução da Assembleia Geral que o declarou em 2009 cita acertadamente em seu preâmbulo o Programa 21 (Rio de Janeiro -1992); o Plano de Desenvolvimento Sustentável (Plano de Aplicação das Decisões de Johannesburgo); o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005, o qual inclui um capítulo completo sobre desenvolvimento sustentável, entre outros muitos documentos de consenso universal; e um mais recente, *El futuro que queremos*, fruto da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Resolução 66/288), aborda em toda sua complexidade o conceito.

Tendo em vista esta enorme complexidade, a Representação da Colômbia considera que sua discussão e sua análise vão além por completo do mandato da nossa Associação Latino-Americana de Integração, ALADI, o qual é prosseguir o processo de integração encaminhado a promover o desenvolvimento econômico-social, harmônico e equilibrado da região, com o claro objetivo do estabelecimento, de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano.

A minha Representação não desconhece a possibilidade de que, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, nos dediquemos a assuntos relacionados com a nossa integração comercial, incluída sua dimensão social. Portanto, a Colômbia participa ativamente no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Integração Social e Produtiva. Mas no desenho de propostas de quaisquer linhas de ação que na órbita da integração promovam o desenvolvimento sustentável, não poderemos eludir os requerimentos técnicos que a questão requer. E em particular, senhora Presidenta, deveremos ter plena clareza quanto aos alcances que elas tenham. Tal seria o caso dos temas propostos no projeto de resolução, a saber, o comércio e o transporte sustentáveis.

Senhora Presidenta, distintos colegas: ao ver da minha Representação, este Comitê de Representantes, órgão político da nossa ALADI, não é a instância que possa dar-nos e garantir-nos uma visão técnica suficiente de assuntos relacionados com a integração, o comércio, o transporte, etc., sob a ótica das três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Daí que o Governo da Colômbia considere necessário levar a discussão deste projeto de resolução a um espaço de análise técnica, que leve em conta os pronunciamentos já adotados em outros cenários.

Proponho, então, que o projeto seja remetido aos nossos Alternos, para que adiantem um estudo mais detalhado, que leve em conta tanto o acervo que já mencionei, como considerações de ordem técnica.

Senhora Presidenta: permita-me concentrar-me no aspecto dos diversos cenários onde também se debate esta questão.

Temos entendido que no Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral da OEA, também por iniciativa da Bolívia, cursa um projeto de resolução sobre o Dia Internacional da Mãe Terra. Poderia nosso colega boliviano ilustrar-nos sobre o teor deste projeto?

Outrossim, nos perguntamos se no projeto de Declaração de Santa Cruz que se prepara para a Cúpula do G77 e China no mês entrante, foi aprovada já alguma linguagem sobre estas questões, levando em conta que a primeira das tarefas que conformam a base da proposta do senhor Presidente Evo Morales para esse documento intitula-se *Del desarrollo sustentable al desarrollo integral en equilibrio con la Madre Tierra (Do desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento integral em equilíbrio com a Mãe Terra)*. Consideramos conveniente conhecer o estado de avanço dessas negociações, se houver.

O anterior, senhora Presidente, tendo em vista que a Colômbia considera indispensável coerência nos diversos fóruns internacionais.

Para terminar, senhora Presidenta — e peço desculpas por ter abusado talvez do generoso uso da palavra que me outorgou— quero pôr sobre a mesa o parágrafo resolutivo 4 da Resolução 68/216, a mais recente adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas sobre «Harmonia com a Natureza»: Alenta a que se reflita de forma adequada sobre a questão da harmonia com a Natureza quando se elabore a agenda para o desenvolvimento depois de 2015.

Outro lineamento que talvez deveríamos levar em conta.

Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTA. Muito obrigado. Gostaria de passar a palavra ao Representante do Chile para que explique as objeções que enviou.

Representação do CHILE (Alex Rodrigo Chaparro Cavada). Muito obrigado, Presidenta. Bom-dia, Secretário, Representantes Permanentes, Alternos e funcionários da ALADI.

A verdade que a intervenção que eu ia realizar era bastante mais breve e simples porque era simplesmente que a proposta distribuída na quinta-feira da semana passada com os comentários, os alcances da Argentina, estávamos em condições de apoiá-la nesta sessão.

Não obstante, uma Delegação usou a palavra previamente e vejo que o cenário está mudando. O Chile quer manifestar novamente que este projeto abrange temas bastante mais amplos e que provavelmente não seria uma má política que nós, Representantes Alternos, tivéssemos uma discussão técnica sobre esta proposta.

A verdade que eu desconheço a série de resoluções das Nações Unidas que o Representante Permanente da Colômbia acaba de citar. Não me sinto em condições de opinar sobre o que o Representante Permanente da Colômbia acaba de ilustrar-nos

mas reconheço que tanto a Representação da Colômbia quanto qualquer outra tem todo o legítimo direito de manifestar seus comentários e este é um tema, considero, bastante debatível que estou percebendo que neste momento não estamos em condições então de poder aprovar e a verdade que no caso do Chile estamos dispostos a continuar com o debate porque, como já indiquei, é uma proposta que leva a temas um pouco mais amplos dos que nesta Associação nós estamos acostumados a tratar.

Isso seria o que neste momento poderia manifestar o Chile. Agradece-se sua consideração. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Chile. Dou a palavra à Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Muito obrigado, Presidenta.

Gostaria de contextualizar um pouco qual era a proposta apresentada pela Bolívia, qual era a contribuição que queríamos fazer mediante este projeto de resolução. Nós queríamos contribuir com uma resolução que possa nascer da ALADI, que possa nascer do Comitê de Representantes como órgão de condução técnica da ALADI, para dar um sinal ao mundo de que a região se preocupa pelo tema do que é desenvolvimento sustentável, do que é o crescimento de suas diferentes economias quanto à natureza, em um equilíbrio com o que é a Mãe Terra.

Nós não vínhamos trazer aqui o tema das negociações em desenvolvimento sustentável ou mudança climática à ALADI. Ou seja, a ideia não era iniciar aqui um processo de negociação nem que o tema seja abordado tecnicamente. Isto é, esse é um tema político, a ideia era poder dar uma sinal política simplesmente de que os países da ALADI nos aderimos à celebração do dia internacional da Mãe Terra. Os fóruns de discussão são vários, é um tema que nossos países os estão tomando com muita seriedade, é parte da linha discursiva de todos os nossos Presidentes e o que nós queríamos contribuir com um tema positivo, isto é, com o que está na agenda positiva dos nossos países. Nós víamos que temos coincidências todos com este tema e o que queríamos era poder contribuir com isso, que no Comitê de Representantes da ALADI seja possível manifestar a esse respeito.

Como dizia, não consideramos que seja um tema que tenha que ver-se em nível técnico, sei que existem diferentes posições em cada um dos países mas o que queríamos pôr na resolução, o que queríamos que seja parte da resolução era no que existe consenso e no que existe acordo, não nos temas que estão sendo debatidos em outros fóruns. Logicamente não somos os indicados, não vejo como em uma Reunião de Alternos seja possível replicar uma discussão que está acontecendo em outros fóruns, em outros espaços. Em nenhum momento era a ideia da Bolívia pôr esse tema para discussão, o que era a nossa intenção que a ALADI pudesse começar a estudar, a ver o tema.

Escutei com muita atenção a exposição do Embaixador da Colômbia. Gostaríamos de saber exatamente qual a sensibilidade, isto é, eu entendo, a Colômbia não tem uma legislação que faça com que a Mãe Terra seja sujeito de direito. Perfeito. Então, eliminemos o parágrafo, não há nenhum problema. Isto é, a ideia desta resolução é somente pôr o que em todos os países temos acordos além das diferentes visões políticas ou os diferentes enfoques de desenvolvimento que se tenham. Se o parágrafo terceiro causa este problema porque se fala do transporte e do comércio, a Bolívia não tem nenhum problema em retirá-lo. Ou seja, eu gostaria de conhecer mais pela Colômbia qual a proposta exata que estaria fazendo. Leu um parágrafo de uma

das declarações das Nações Unidas, não vejo por que não adotá-lo como parte desta resolução.

Em todo caso, quero reiterar a posição da Bolívia: não consideramos que este seja um tema técnico, o tema do respeito à Mãe Terra, o tema do dia internacional da Mãe Terra não é um tema que corresponda ser abordado em nível técnico nesta Associação. Por isso, o trazíamos ao Comitê de Representantes, porque consideramos que é uma resolução política simplesmente na que os nossos países adiram ao sentido que tem a Resolução das Nações Unidas sobre o Dia da Mãe Terra e o compromisso dos países que está em vários documentos; em *El mundo que queremos* das Nações Unidas, em documentos que estão desde 1982 e que fizeram parte da discussão sobre mudança climática, desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

Então, se a resolução ficar com um único «RESOLVE» sobre que todos os países estamos manifestando nossa adesão e que lhe encomendamos à Secretaria ou os países nos comprometemos ou que vamos estudar como abordar o tema desta Associação para a Bolívia é suficiente. Isto é, -repito novamente- também consideramos que este seja o fórum apropriado para discutir a resolução.

Então, eu o coloco assim. Poderíamos ter uma resolução bastante simples, todos aprovamos e por consenso das Nações Unidas o Dia Internacional da Mãe Terra, por tanto poderíamos propor que fique esse reconhecimento e a adesão de todos os países. E talvez no mesmo parágrafo ou em um segundo artigo poderíamos recuperar algo do texto que tinha proposto a Argentina, pôr o parágrafo que diz: «considerando a possibilidade de avançar, na medida em que isso resultar fatível, no estudo — poderíamos pôr— de práticas regionais que contribuam para o desenvolvimento sustentável.». Então, aí não estamos abordando nenhum dos temas que possa causar alguma suscetibilidade pelos países. Não estamos trazendo uma discussão que não corresponde e considero que para aprovar essa resolução que inclua somente estes dois temas poderíamos ter a capacidade de decisão neste fórum.

PRESIDENTA. Cedo a palavra à Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, senhora Presidente. Muito obrigado, distinto colega da Bolívia, porque vejo que a mensagem foi clara e foi acolhida com excelente flexibilidade por sua Representação.

Digo novamente que é óbvio que todos os países aqui presentes estamos envolvidos na discussão com enorme interesse e concedendo-lhe a maior importância na agenda de desenvolvimento sustentável. Creio que nenhum dos nossos países esteve ausente da discussão em todos estes cenários onde se discute e é uma agenda que está absolutamente viva.

Na semana passada, em Lima, precisamente, reuniu-se a CEPAL e houve uma discussão profunda sobre os temas que tocam o desenvolvimento sustentável, a agenda post 15, etc; é a agenda internacional deste momento, disso não haja dúvida. O fato de que a Colômbia tenha umas observações quanto ao projeto aqui não quer dizer que não esteja de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, creio que o que estamos tentando fazer ver aqui é que são temas tão importantes que, independentemente de que seja tomada uma decisão de ordem política, temos que ter, precisamente por isso, maior cuidado nos termos que utilizemos, porque muito bem sabemos que os pronunciamentos políticos efetivamente têm efeitos reais sobre as coisas técnicas.

Então, se trata-se de uma reflexão e de uma manifestação política, excelente; mas sejamos conscientes de que isso pode conduzir-nos a interpretações, consequências no médio prazo ou inclusive sobre as negociações mesmas que em outros cenários, como já mencionei, estão realizando. Então, estou de acordo com a proposta da Bolívia de que busquemos uma linguagem que realmente seja aprovada e que seja muito breve. Como pôde ver, senhor Embaixador, a Colômbia analisou as fontes que os senhores citam em sua resolução e é daí onde encontramos a complexidade, entre outras coisas, das possíveis consequências que estamos enfrentando.

Então, se estiverem de acordo, busquemos uma nova formulação. Creio que não é este o cenário; por isso sugiro que vamos aos Alternos para que nos tragam aqui, como é costume e como é a prática da ALADI, um texto que já tinha sido discutido e que possamos polir depois de ter sido discutido nos níveis técnicos em uma próxima sessão. Tenho certeza de que a Colômbia vai estar apoiando o tema sempre e quando encontrarmos uma linguagem que realmente seja de consenso e que não produza ruídos em outros cenários de negociação, porque inclusive quem sabe se o que está acontecendo na negociação do G77 seja diferente de certa maneira do que nós digamos e vai se complicar a vida para o próprio Governo da Bolívia.

Então, convido a que reflitamos serenamente. Não se trata de uma atitude arbitrária de parte da Colômbia, mas de uma contribuição à profundidade e ao que considero às vezes a seriedade com a que aboquemos o tema proposto pela Bolívia em boa hora, porque é um tema de enorme importância na agenda internacional atual.

Muito obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada, Embaixador. Cedo a palavra novamente à Bolívia por favor.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Muito obrigado, Presidenta.

Precisamente, como eu manifestava na minha anterior intervenção, não vemos que seja um tema técnico, não vemos um tema que tenha que ser analisado pelos Alternos porque simplesmente, como digo, estamos colocando sobre a mesa a possibilidade de que o «RESOLVE», de que o compromisso vinculante que vamos ter todos os nossos países seja manifestar seu reconhecimento aos valores e aos princípios que sustentam a Declaração do Dia Internacional da Mãe Terra.

Isto é, não estamos indo em contradição com nenhuma negociação nem com o que está acontecendo com o G77+China nem absolutamente nada; estamos simplesmente propondo que manifestamos o reconhecimento aos valores e princípios que sustentam esta declaração que foi aprovada pela Colômbia, que foi aprovada pelo Chile e por unanimidade nas Nações Unidas e, em segundo lugar, o segundo compromisso vinculante que estamos propondo que tenha esta resolução é recuperar como constava no parágrafo proposto pela Argentina «considerando a possibilidade de avançar na medida em que isso resultar factível em estudos sobre práticas regionais que contribuam para o desenvolvimento sustentável».

Já não falamos de comércio nem transporte, simplesmente estamos falando da possibilidade de fazer estudos sobre o comércio sustentável, que a ALADI adote o tema, que precisamente a discussão sobre comércio e transporte tenha lugar na ALADI estaríamos ordenando na resolução e estamos manifestando nosso reconhecimento aos valores e princípios que já os nossos Presidentes em um fórum



multilateral que está em outro nível que este foram reconhecidos, isto é, eu não vejo a necessidade de uma análise técnica, de mandá-lo aos Alternos.

Creio que aqui temos a capacidade de poder decidi-lo porque não estamos falando de temas técnicos, estamos falando de dois temas em específico: reconhecer o que acontece nas Nações Unidas e, em segundo lugar, começar, na medida em que isto seja possível, como mencionava a Representação da Argentina, a realizar estudos, realizar práticas na Secretaria que nos permitam tratar o tema com maior profundidade no que nos corresponde que é o comércio, a facilitação do comércio, o transporte. Então, simplesmente essa é a proposta, como digo, a proposta não é técnica, não é uma análise técnica, não necessitamos ser especialistas em mudança climática para fazer a negociação nem conhecer todo o acervo normativo que há detrás disto.

Então, volto a propor à Representação da Colômbia que sob estes termos possamos nesta reunião aprovar esta resolução que, como digo, teria somente essas duas partes. Tendo em vista que parece que embora tudo seja texto já acordado — salvo, como dizia, o do comércio e o transporte— texto que já está nas demais resoluções, se um país não dispõe da capacidade de poder aprová-lo, poder simplesmente resumir esses dois pontos. O compromisso vinculante que estamos tomando aqui é simplesmente reconhecer o que está nas Nações Unidas e ver, sempre e quando for fatível, fazer estudos, avançar em propostas dentro da ALADI no tema do desenvolvimento sustentável. Isso, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. A Colômbia deseja agregar algo mais.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, Presidente.

Estou disposto a que olhemos uma nova versão; mas, uma vez mais -e sinto continuar insistindo no tema- o senhor Embaixador da Bolívia mencionou que seria uma formulação muito geral, mas que estamos buscando abrir espaços de análise na ALADI para entrar em temas técnicos. Isso está confirmando minha intervenção anterior: que mediante uma declaração política vamos abrir um espaço específico da discussão do tema do desenvolvimento sustentável relacionado com práticas de comércio ou de transportes sustentáveis no âmbito da ALADI. Estamos em capacidade de fazê-lo? É conveniente fazê-lo? Está a Secretaria capacitada? Estamos nós com o conhecimento técnico suficiente para começar a cruzar as agendas com o resto das agendas de desenvolvimento sustentável? Bem-vindo! Eu disse na minha intervenção: não nos opomos a que busquemos ações que levem a apoiar ações do desenvolvimento sustentável, mas façamos com plena consciência de que é um tema abstruso, complexo e que requer conhecimentos técnicos.

É mais, e permitam-me que visto que foi mencionado novamente o assunto do comércio e de transporte sustentáveis, o documento *El futuro que queremos* (O futuro que queremos) tem todo um *caput* dedicado ao desenvolvimento sustentável e tem, especificamente, menções adotadas por consenso das Nações Unidas sobre o que deve ser o comércio à luz do desenvolvimento sustentável, e em particular, dois artigos sobre o transporte sustentável. Ou seja, a discussão já começou, iniciou-se nas Nações Unidas, está aprovando já uma boa parte desse documento. É mais, há outro que se refere ao turismo sustentável.

Então, se vamos fazê-lo, não podemos evitar o que foi aprovado em outros cenários universais. O método de trabalho, ao meu ver, deveria ser olhar o que é o que temos no cenário aprovado por consenso internacional universal das Nações Unidas, nas conferências regionais, as análise que em bom momento se produzem,

por exemplo, pelas agências de desenvolvimento das Nações Unidas como a CEPAL. A CEPAL fez estudos muito profundos sobre a questão do comércio e da questão do desenvolvimento sustentável. Levemos isso em conta. Não nos precipitemos a tomar decisões sem o devido sustento técnico porque sim; uma coisa é uma declaração política, mas olhemos as consequências dessa decisão. Bem fez o Embaixador da Bolívia: decisão política mas que tenha efeitos sobre o técnico, que é iniciar estudos sobre como a ALADI pode introduzir o tema do desenvolvimento sustentável em ações concretas ou não é assim?

Então, senhora Presidenta, a Colômbia está disposta a sentar e falar do tema, mas levando em consideração todo o acervo para poder ter coerência em nível internacional. Muito obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Peço desculpas por este diálogo em que estamos somente Colômbia e eu participando.

Gostaria de fazer uma menção como dizia, estávamos vendo a possibilidade de que somente seja o compromisso vinculante da resolução, manifestar o reconhecimento e ver como abordar o tema do desenvolvimento sustentável. Não estamos falando nem de transporte nem de comércio nesta segunda proposta.

Sinceramente, vejo com muita decepção que não possamos avançar em um tema que é de consenso por todos os nossos países, é um tema, como dizia, da agenda positiva que temos visto que todos temos interesse em avançar.

Atrevo-me a propor algo, submeto-o à consideração deste Comitê. Em 2009, quando tínhamos um grupo de resoluções a serem aprovadas pelo Comitê de Representantes, abriu-se a possibilidade de que os países possam apresentar um pé de página sob a resolução simplesmente colocando: «Bolívia no adopta o no se adhiere a esta decisión» (A Bolívia não adota ou não adere a esta decisão). Então, essa seria uma forma talvez de avançar e de poder aprovar agora um projeto de resolução, se alguns países não estiverem na condição de aprová-lo agora poder deixar um pé de página simplesmente com a menção de que esse país não adota os princípios ou não adota a resolução em seu conjunto. Como digo, há antecedentes, temos feito; Bolívia, Venezuela, Equador temos colocado esse tipo de reservas com o objetivo de que o resto dos países que quiserem avançar nos temas pudessem fazer neste fórum de integração e submeto isso à consideração dos países, que possamos adotar esta resolução, que até a anterior reunião tinha o consenso de todos menos da Colômbia e do Chile e talvez deixar um pé de página. E se no futuro a Colômbia ou o Chile quiserem fazer parte da decisão simplesmente informa-se ao Comitê e modifica-se o pé de página, mas isso permitiria à Bolívia e aos países que sim têm interesse em poder pronto, isto é, muito próximo do que foi o Dia da Mãe Terra, emitir uma decisão política possamos fazer.

Como digo, já existem antecedentes deste tema e consideramos que seria uma forma de viabilizar-nos ao resto dos países. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Bolívia. Creio que foi muito claro em sua exposição. Cedo a palavra ao Chile novamente.

Representação do CHILE (Alex Rodrigo Chaparro Cavada). Muito obrigado, Presidenta.

Quanto à proposta apresentada pelo Representante Permanente da Bolívia, a nossa Delegação quer manifestar que não é o ideal estar aprovando resoluções, considero, com este sistema de nota de rodapé, independente de que existe e de que efetivamente os países que ele assinala fizeram em alguma outra declaração ou resoluções. Mas mais importante que isso, minha intervenção era para indicar que no caso do Chile não é que não se quiser avançar nesta proposta ou em reconhecer a importância da Mãe Terra. Em nenhum caso estamos pelo objetivo de não avançar.

Como disse, minha intervenção inicial era para acompanhar a proposta inicial e lamentavelmente o cenário neste minuto mudou. Nós estamos dispostos a continuar com a proposta e os eventuais aperfeiçoamentos, como estava indicando a Representação da Bolívia, torná-la um pouco mais laxa e reconhecer o princípio mas, como digo, penso que neste Comitê não temos que agir de forma precipitada e tomar resoluções de forma *express* quando, eu já disse a sessão do Comitê anterior, o Dia da Mãe Terra neste ano pelo menos já foi, se estivéssemos em 15 de março, em 10 de abril, eu entenderia a presteza mas não a entendo. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Cedo a palavra a Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Igor Azcuy González). Muito obrigado, Presidenta.

Se aprovamos ou não o projeto de resolução é uma coisa que decidiremos finalmente entre todos. Gostaria de destacar a iniciativa da Bolívia por trazer este tema que, ainda não tenha tido toda a flexibilidade que viram, chama a atenção sobre um tema extremamente sensível e muito importante no presente e no futuro de todos os países do mundo e que creio que não só devíamos deixá-lo às Nações Unidas, mas que em todos os cenários onde nós pudéssemos chamar a atenção sobre isto, creio que seria importante, pela alta importância que a proteção tem do meio ambiente e ter um desenvolvimento sustentável. E que sabemos que não é uma tarefa fácil e ainda chamando a atenção em todos os cenários possíveis vai ser uma coisa difícil de conseguir porque depende de que se reduza a produção das emissões de dejetos tóxicos à natureza e considero que devia chamar-se a atenção e, como disse a Bolívia, do ponto de vista político, embora depois isto leve uma análise mais técnica para implementá-lo.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Cuba, cedo a palavra à Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas) Muito obrigado, senhora Presidente; e desculpem se continuamos neste intercâmbio e fazendo talvez uso abusivo do direito da palavra. Mas creio que o debate vale a pena, que expressemos nossos pontos de vista com toda franqueza e com toda intenção de avançar; e eu nisso também quero aderir ao que disse meu colega do Chile e é que o fato de que a Colômbia esteja fazendo observações não significa que não queira avançar no tema. Estamos dispostos a avançar e é do interesse da Colômbia de avançar no tema, sob determinadas condições.

Tomei especial nota do que disse o nosso colega da Bolívia; se trata-se de uma manifestação de ordem política do Comitê de Representantes, pensemos em outra forma de fazê-lo. Pensemos talvez no texto de uma declaração, uma declaração sucinta onde possamos expressar e lançá-lo ao mundo por meio da imprensa, etc; uma declaração, um comunicado adotado pelo Comitê de Representantes que reconheça a celebração do Dia da Terra e celebre a celebração, etc, nos termos talvez que possamos encontrar dentro do texto que já temos mas que não assumam a forma de uma resolução; e talvez expressando o desejo ou a necessidade de que nos diferentes cenários, incluída a ALADI, chegue-se a considerar o tema do

desenvolvimento sustentável. Essa seria uma mensagem de ordem política, sem que necessariamente tenhamos que ir ao técnico.

Então, essa creio que poderia ser uma forma de ir para a frente e não ficarmos em um cenário que a futuro vejo muito complexo porque, independentemente -e disse o colega cubano- de que é um tema político, uma manifestação de ordem política, vamos ter que abordar temas de caráter técnico, seja na Secretaria ou nas diferentes instâncias que têm que necessariamente fazer uma análise técnica das coisas.

Então, proponho como fórmula alternativa, senhora Presidenta, pensar em uma declaração sucinta, concreta, que se refira exatamente ao que a Bolívia pretende e é ressaltar na ALADI e na comunidade regional a celebração do Dia da Terra e, uma vez mais, invocar os princípios que animaram a Declaração do Dia da Terra nas Nações Unidas em 2009. Isso está perfeito e com isso eu não teria nenhum problema; desde que estejamos falando em uma linguagem absolutamente com consenso porque de outra forma creio que teríamos uma vez mais que ir à capital.

Quanto às notas de rodapé, permita-me, senhora Presidente, expressar também minhas reservas, que não é conveniente, apesar de que é uma prática que começou a avançar nos diferentes cenários do relacionamento multilateral de introduzir esta modalidade que também não considero que seja a mais elegante e a melhor forma de dar mensagens concisas e concretas e unânimes. Ou seja, mostrar uma desavença não é conveniente. Creio que temos um terreno perfeitamente identificável de consenso. Então, simplesmente redijamo-lo de forma sucinta; uma declaração, e saímos com muito boa cara deste assunto. Muito obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigado. Cedo a palavra ao Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Bernardino Hugo Saguier Caballero). Obrigado, Presidenta. Não imagina como me sinto cômodo estando aqui (*risos*).

Estávamos preparados para acompanhar isto mas não podemos negar uma realidade da posição do Embaixador da Colômbia, nos fez pensar e refletir sobre muitas coisas a muitos dos que estamos presentes. Entre as coisas que mencionou que está pendente é o estudo na OEA. A OEA tem em 15 dias sua Assembleia em Assunção, além disso a OEA conta com um departamento de desenvolvimento sustentável. Ou seja, este tema está neste momento e nós, pelo menos eu, não conhecemos o texto que está sendo discutido neste momento em Washington e que concluirá em Assunção.

Indo ao texto mesmo, Benjamín, Dia internacional da Mãe Terra, se tivesse somente o artigo primeiro o aprovamos todos. Depois começa a ficar complicado com estas reflexões e esta posição tão detalhada que nos fez o Embaixador da Colômbia que evidentemente nos coloca em uma posição que não é que vamos passar em nível técnico, nossos Alternos são também representantes políticos, vão analisar politicamente e nos vão trazer aqui um projeto que vão discutir e vão encontrar alguma fórmula.

Também não sou partidário das notas de rodapé. Lembre, porque o fizemos juntos, mas era o Conselho de Ministros e estávamos parados, não íamos sair desse tema. Não obstante, aqui creio que há um acordo geral sobre dar o reconhecimento ao Dia Internacional da Mãe Terra. Depois complica-se um pouco porque é um tema que, como disse a Colômbia, está sendo tratado em vários outros organismos, corremos o risco, pelo menos minha Representação corre o risco, de estar quem sabe

contradizendo ou manejando conceitos diferentes aos que estão sendo manejados agora na Assembleia da OEA em 15 dias mais em Assunção.

Então, eu chamaria a considerar, porque demonstrou uma amplitude e uma flexibilidade digna de um bom Embaixador, se não podemos ter acesso à proposta da Colômbia e passá-lo aos nossos Alternos mas com o mandato de que trabalhem imediatamente. Quando eles conseguirem acordar algo então nos traga à mesa. Considero que seria uma saída adequada porque se vamos à nota de rodapé eles vão ser mais cumpridos que o texto da resolução se te descuidadas. Vamos ter que cuidar-nos todos «você por que não colocou sua objeção, você por quê...» as capitais são especialistas depois em buscar a letra pequena para complicar-nos a vida.

Então, inclino-me pela possibilidade de ser, se estiver de acordo e puder ser ainda um pouco mais flexível, passá-lo aos Alternos. Se tivéssemos um único artigo neste momento estaria aprovado mas o artigo dois nos está criando incerteza. Portanto, essa é a nossa posição.

PRESIDENTA. Cedo a palavra ao México.

Representante do MÉXICO (Alejandro de la Peña Navarrete). Obrigado, Embaixadora. Minha Delegação vinha já com a faculdade, incluindo a capital, e coincido plenamente com o Embaixador Saguier de poder adotar este projeto. Tínhamos três precisões de redação, que falamos previamente com a Representação da Bolívia e entendemos que não tinham problema com isso, então, eu já estava em capacidade de poder adotá-la.

Agora, vendo a situação permito-me fazer uma sugestão de procedimento, por que não armamos um intervalo de 30 minutos para ver aqui, que há Alternos e Embaixadores, se consegue-se encontrar uma solução? E se não, buscaremos outra. Mas, por que não aproveitar? Ver se é possível chegar a um texto que, por um lado, não prejudique o que possa estar acontecendo nestes momentos e o que vai acontecer no médio e curto prazo, em outros fóruns, que não prejudique aqui, que nos deixe abertas totalmente as portas a que quando acontecer o que tiver que acontecer já tenhamos conhecimento disso antes de avançar. Refiro-me aqui ao parágrafo terceiro.

Em fim, encontrar uma redação suficientemente ampla para que não tenha problemas suas implicações técnicas, por um lado, e por outro lado, que não prejudiquem no tempo o que poderia acontecer em outros fóruns que de fato são os que veem este tema em profundidade. Nós aqui no final o único que vamos ver seria a parte que corresponde a um organismo de integração regional que não trata todos os assuntos que têm lugar no planeta ou nos fóruns internacionais.

Então, seria meia hora para ver se os que estão, que são poucos, diretamente envolvidos ou os que quiserem, sem microfone, encontrem uma redação mais afortunada que evite outras vias de ação que talvez será preciso discutir se não chegarmos a uma solução. Aqui apelo ao gênio dos Representantes e dos Alternos para buscar uma solução.

PRESIDENTA. Obrigado, México. Dou a palavra à Embaixadora do Peru.

Representação do PERU (Aída García Naranjo Morales). Muito obrigado, Embaixadora.

Primeiro, gostaria de que a ALADI se ratificasse na pertinência de tratar o texto a pesar do tempo transcorrido. Porque creio que o Embaixador da Bolívia teve cortesias enormes de que este tema tenha se dilatado apesar de que em 22 de abril e existe um compromisso formal da ALADI com o qual encerramos a sessão anterior, o que consta em ata, de expressar nossa vontade de apoiar esta resolução buscando aprovar o texto. Então, creio que está fora de lugar que se insista em que a data já passou porque creio que temos que respeitar a Representação da Bolívia que vem pretendendo abordar este tema desde antes de 22 de abril. Então, quero ser firme em assinalar que não é o centro do que estamos debatendo se é pertinente ou não pertinente no tempo porque é ALADI que não pude concretizar em datas anteriores uma resolução em favor da solicitação do Embaixador.

Em segundo lugar, gostaria de assinalar que o Embaixador da Bolívia foi muito flexível em que se busquem acompanhar a resolução com uma linguagem acordada. E nesta sessão que tratamos novamente o tema está disposto a retirar do texto que apresenta todos aqueles elementos que corretamente e com critérios não de forma, mas de fundo, observa a Colômbia, assinalando que não consideram a natureza como sujeito de direito ou considerando temas de um debate central sobre o tema da sustentabilidade no comércio e no transporte, que também o Embaixador propõe retirar.

Em terceiro lugar, na vez anterior eu propus que houvesse uma reunião dos países que tinham a necessidade de aprovar o texto, que nesse momento eram o Chile, a Colômbia, a Bolívia, a partir do texto que tinha buscado aprovar a Delegação da Bolívia. Lamentavelmente, eu não insisti com minha proposta porque o Embaixador solicitou que fosse possível ver na sessão anterior, então não considerei pertinente mandá-la a uma reunião de Alternos por respeitar justamente a vontade e a proposta que em mesa o Embaixador da Bolívia fazia. Eu entendia que a proposta de passá-la a uma equipe de trabalho era pertinente porque adequadamente a Representação da Colômbia assinalou que não se vem aqui para negociar um texto e considerava correta a apreciação da Colômbia porque essa é a verdade.

A Colômbia apresenta duas opções: uma é passá-la aos Alternos e outra é fazer uma declaração. No entanto, há outras propostas em mesa que são passá-lo aos Alternos ou fazer um intervalo. Sobre isto quero assinalar o seguinte: traduzir uma resolução a uma declaração vai exigir exatamente aprovar o texto, então não entendo que tenhamos de modificar uma resolução por uma declaração porque a declaração exatamente teria que ter um texto aprovado. Passá-lo a todos os Alternos como se propõe —propõe-se a semana passada e descartou-se como possibilidade— tem um problema muito específico que é o seguinte: em primeiro lugar, há cinco meses que não há reuniões dos Alternos. Isso é o primeiro. Segundo, os Alternos, entendendo que estamos diante de problemas de fundo observados e de concepção diante de temáticas que estão em discussão, vão ser remetidos a querer estudar o texto, os textos e os materiais que outras Delegações pudessem ter lido e que outros não leram, portanto, isso dilataria novamente.

Se os Embaixadores e os Representantes estiverem de acordo, é mais operacional a proposta que o México faz, isto é, que nestes momentos as Representações da Bolívia, da Colômbia e do Chile pudessem buscar esse texto que sendo declaração é uma resolução. Quero lembrar que a Embaixadora do Brasil participou na sessão passada dizendo que se fosse uma resolução deveríamos reservar o número, a data e a vontade da ALADI de aprová-la na sessão anterior, ficando aberta a correção do texto e não a discussão de não fazer uma resolução, como são os compromissos que constam em atas na sessão anterior.

Então, corresponde à mesa, dentro das propostas que há, ver, e com o mandato que o cargo dá tomar uma decisão porque não podemos continuar dilatando o tempo que tomaria aos Alternos discutir assuntos de fundo porque vamos tirar da resolução os assuntos de fundo e vamos colocar na resolução a linguagem aprovada e este de nenhuma maneira será os assuntos de fundo.

Então, não faz sentido passar aos Alternos discutir assuntos de fundo que tomariam outro tempo de discuti-lo enquanto, em primeiro lugar, os Alternos se instalam porque desde o ano passado não se reinstalaram e, em segundo lugar, dotar-se dos materiais necessários para entrar a um debate de desenvolvimento sustentável que não seria pertinente como o ponto de início de sua reinstalação não porque o tema não tenha que ser discutido na ALADI, muito menos neste ano que é tão importante o conjunto de agendas que temos diante para desenvolvimento sustentável e mudança climática. Necessitamos tornar operacional, que se expresse uma vontade em favor da proposta que a Bolívia colocou, sem fazer reserva das missões que parecia o melhor caminho. Obrigado, colegas.

PRESIDENTA. A Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Muito obrigado, Presidenta. Muito obrigado às Representações por continuar tentando destravar este tema, pelas propostas.

Estou muito em favor da proposta do México e apoiada pelo Peru de poder trabalhar. Não sei se é necessária meia hora, realmente é em dez minutos ver que parágrafos foram aprovados, que parágrafos não, aí vamos ver que no primeiro se temos todos acordo. Podemos recuperar o quarto que é transcrição textual da Resolução de *El mundo que queremos* das Nações Unidas e que continua sendo uma resolução porque esse é o compromisso; além disso o Comitê de Representantes se manifesta através de resoluções. Então creio que é a via adequada, uma resolução que possa manifestar esta vontade política.

Eu gostaria de consultar o Embaixador da Colômbia se há a possibilidade de agora poder acordar um ou dois parágrafos de linguagem acordada, simplesmente, ou se é que não está na disponibilidade de ver o texto neste momento.

PRESIDENTA. A Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). A Colômbia está disposta a considerar o texto em qualquer momento. A Colômbia não tem intenção de bloquear nada, mas simplesmente apoiar uma discussão criativa que nos leve a consensos.

Com muito prazer acederíamos em reunir-nos em um intervalo e discutir uma possibilidade, na esperança de que possamos realmente concretizar o texto aprovado com textos já aprovados anteriormente, e não teríamos problemas se realmente temos um texto que já foi acordado em outros âmbitos universais como Nações Unidas, etc, não teríamos nenhum problema.

Para esse propósito, creio que seria bom que a Representação da Bolívia nos apresentasse nesse grupo que se reúna no intervalo sua proposta, de maneira que seja clara a formulação que faça referência aos textos já acordados. Nesse sentido eu não teria nenhum problema em aderir ao consenso.

Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Colômbia. Proponho à sala aceitar o intervalo para discutir, máximo meia hora, os conceitos que forem necessários variar para poder chegar a um acordo final e não demorar mis isto. Se a sala estiver de acordo passamos ao intervalo.

---

## INTERVALO

---

...Estamos encerrando o intervalo, procedemos com a sessão. Cedo a palavra à Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Muito obrigado, e muito obrigado às Delegações com as que temos estado afinando um pouco mais o texto.

Vou fazer uma breve apresentação do novo texto que têm na mesa. Basicamente, na parte dos «Considerandos» eliminamos os considerandos que não fazem uma menção específica a alguma resolução ou algum documento já aprovados por todos os países, por isso foi reduzido o número de considerandos. Fazemos primeiro referência à Resolução 63/278 que é a do *Dia internacional da Mãe Terra*; depois estamos falando das Resoluções 65, 66 e 67 de *Harmonia com a natureza*; falamos da *Carta mundial da natureza*, que é de 1982, onde copiamos um texto específico que parece importante colocar nos nossos considerandos; e fazemos referência ao documento final da Conferência de Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de Río+20. No penúltimo «considerando» falamos de que a Mãe Terra é uma expressão comum utilizada para referir-se ao planeta Terra, que isto é cópia da resolução das Nações Unidas. E no último «considerando» falamos de que a legislação de alguns países —que isto também já está em alguns dos documentos das Nações Unidas— dá direitos à Mãe Terra a existir e viver livre de contaminação.

Reduzimos a três os «Resolve», tiramos o terceiro «Resolve» que era o mais complicado e ajustamos a linguagem do resto. No primeiro, falamos sobre que os países da ALADI manifestamos os nossos reconhecimento à Declaração do Dia Internacional da Mãe Terra e vamos um pouco à parte resolutiva da Declaração das Nações Unidas onde mandata a todos os organismos de integração regional e os diferentes organismos das Nações Unidas a observar e criar consciência a esse respeito. Então, simplesmente também esta parte, esta segunda frase é uma cópia desta resolução.

O segundo «Resolve» é uma cópia textual do parágrafo número 41 da Declaração de Rio; nesta Declaração de Rio, no parágrafo 40 e 41 faz-se referência à Mãe Terra, por isso é que o trazemos a esta resolução, consideramos importante. Neste segundo parágrafo reconhecemos que o Planeta Terra e seus ecossistemas são o nosso lar, que a Mãe Terra é uma expressão comum em diversos países e regiões; e falamos de que alguns países reconhecem os direitos da natureza no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável. Como dizia, isto já é texto acordado no parágrafo 41 do documento de Río+20.

E finalmente, também temos uma cópia textual do parágrafo número 40 onde reconhecemos a importância de adotar enfoques políticos e integrados do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, isto porque se relaciona com o trabalho



que a ALADI faz ao falar do enfoque holístico e integrado, falamos de todas as dimensões que tem o desenvolvimento sustentável.

Esta seria a nova proposta que temos em mesa. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Passo a palavra à Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Muito obrigado, senhora Presidente.

Perante tudo, gostaria de expressar meu profundo agradecimento à Representação da Bolívia pela flexibilidade e o entendimento que mostrou em relação às propostas que a Colômbia fez. Este intervalo, que foi uma grande iniciativa do nosso colega mexicano, abriu as portas ao consenso e por isso nos felicitamos porque estamos dispostos e em capacidade de aprovar a resolução com uma única observação, querido Embaixador, e é que seria conveniente que no segundo «Levando em conta», estão sendo citadas as resoluções sobre *Harmonia com a natureza*, e falta a do ano passado, que é a 68/216. Creio que seria conveniente incluí-la para fazer uma menção extensiva de todas as resoluções que a Assembleia Geral adotou sobre este tema da harmonia com a natureza. Então, simplesmente quitar o «e», colocar «, 67/214 y 68/216». Muito obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigado, Colômbia. Cedo a palavra ao Chile.

Representação do CHILE (Alex Rodrigo Chaparro Cavada). Muito obrigado, Presidenta.

Somente para agradecer a flexibilidade que teve o Representante da Bolívia e felicitar-nos por ter conseguido neste Comitê adotar esta resolução. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Queremos que todos estejam de acordo com o que foi lido e procederíamos a apresentar a aprovação com a inclusão do último que a Colômbia assinalou, está de acordo Embaixador? Então, fazemos assim, que seja incluída a Resolução 68/216 no segundo «Levando em Conta». Este projeto de resolução fica aprovado sob o número 406.

#### “RESOLUÇÃO 406

#### DIA INTERNACIONAL DA MÃE TERRA

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevideu 1980.

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO que mediante a Resolução 63/278 de 2009, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o dia 22 de abril como “Dia Internacional da Mãe Terra”;

que, ainda, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou as Resoluções 65/164, 66/204, 67/214 e 68/216 sobre “Harmonia com a Natureza”;

que, desde 1982, mediante a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Carta Mundial da Natureza, a comunidade internacional aprovou princípios gerais para sua conservação, no convencimento de que “toda forma de vida é única e merece ser respeitada por seu valor intrínseco,” e que “o homem, pelos seus atos e as consequências dos mesmos, dispõe dos meios para transformar a natureza e esgotar seus recursos e, por causa disto, deve reconhecer cabalmente a urgência que tem manter o equilíbrio e a qualidade da natureza e conservar os recursos naturais”;

que a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento estabelece que “o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir

que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras” e que “para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada isoladamente deste”;

que no Documento Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (parágrafo 100), celebrada no Rio de Janeiro em 2012, reconhece-se a capacidade das organizações regionais e sub-regionais de contribuir para a integração equilibrada das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável;

CONSIDERANDO que “Mãe Terra” é um termo de uso corrente em alguns países-membros da Associação para fazer referência ao Planeta Terra, que traduz o conceito de simbiose da humanidade com a natureza, de comunidade viva indivisível de seres inter-relacionados e interdependentes;

que alguns dos países-membros da ALADI estabelecem, em sua legislação, que a Mãe Terra (Pacha Mama) tem direito de existir, de viver livre de poluição e de regenerar seus sistemas de vida e componentes.

#### RESOLVE

PRIMEIRO.- Manifestar o seu reconhecimento à Declaração do “Dia Internacional da Mãe Terra”. Nesse sentido, os países-membros da ALADI observam o Dia Internacional da Mãe Terra para criar consciência a esse respeito.

SEGUNDO.- Reconhecer que o Planeta Terra e seus ecossistemas são nosso lar e que “Mãe Terra” é uma expressão comum em diversos países e regiões, e observar que alguns países reconhecem os direitos da natureza no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável.

TERCEIRO.- Reconhecer a importância de adotar enfoques holísticos e integrados do desenvolvimento sustentável que levem a humanidade a viver em harmonia com a natureza e conduzam à adoção de medidas para reestabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra.”

#### 4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho Sistema de Apoio aos PMDERs (ALADI/CR/di 3901)

...Vamos ao quarto ponto da Ordem do Dia: Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Sistema de Apoio aos PMDERs.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Obrigado, senhora Presidenta. Em vista do avançado da hora serei breve.

A reunião do Grupo de Trabalho sobre acompanhamento do programa de apoio aos PMDERs foi realizada em 29 de abril passado. Nessa oportunidade, o Subsecretário de Assistência Técnica, Cooperação e Apoio aos PMDERs apresentou os principais aspectos do estado de avanço das atividades do programa de 2014 e destacou-se que, no ano 2013, houve uma execução realmente notável que é possível considerar recorde no âmbito do programa de apoio aos PMDERs. Muito rapidamente vou destacar alguns pontos sobre as diferentes atividades.

Quanto ao programa específico por país, o Departamento de Apoio aos PMDERs da ALADI levou adiante uma explicação sobre o estado de situação dos diferentes projetos que estão em andamento na atualidade e informou-se que na presente data há um total de 13 projetos em gestão, cinco na Bolívia, quatro no Equador e quatro no Paraguai, que se encontram em diferentes etapas de desenvolvimento.

Destacou-se que estes projetos oferecem apoio a instituições e associações dos países PMDERs, tanto do setor público quanto do privado, com assistência técnica, estudos e capacitação em temas relacionados com a integração econômica, o acesso a mercados e o fortalecimento institucional, entre outros.

No tocante ao plano de ação, componente 2 do programa comum sujeito a cooperação externa, a Secretaria informou que continuaram as gestões para identificar fontes de financiamento externo para projetos comuns.

Quanto às atividades de acompanhamento e planejamento do financiamento para os PMDERs, outrossim a Secretaria explicou que foram iniciadas duas novas iniciativas, fundamentalmente a elaboração de um manual de procedimentos internos para o manejo do Programa de Apoio aos PMDERs e um manual de cooperação de PMDERs para os beneficiários dos projetos de cooperação.

O manual interno de procedimento visa controlar os passos a seguir em todo o processo de aprovação e manejo dos fundos para os PMDERs, que consta de muitas etapas na Secretaria, enquanto que o manual de projetos reunirá toda a informação aplicável sobre a cooperação na ALADI para que os beneficiários e funcionários disponham de maneira unificada das normas de cooperação.

No âmbito da atividade VII.4: Elaboração de estudos específicos para os PMDERs, a Secretaria também informou que está pronto o estudo de inserção comercial do Paraguai na ALADI. Esta é uma notícia que nos congratula, aproveito, considerando a data que justamente o Paraguai está celebrando sua independência e aproveito como Delegação do Equador para manifestar meus mais sinceros parabéns visto que não fiz no ponto anterior.

Destacou-se, ainda, o relatório relativo à Bolívia e que dentro de um mês e meio será enviado também o estudo relacionado com o Equador.

Quanto ao tema da atividade VII.05: Ações transversais de apoio aos PMDERs, sobretudo destacou-se o tema da formação que este ano contou com um novo desenho de um curso específico para os PMDERs mediante o Centro Virtual de Formação da ALADI denominado "Integração econômica regional: o processo de integração da ALADI", dirigido a funcionários governamentais PMDERs. De fato, já foi distribuída a comunicação e estão em processo de organização deste curso.

Finalmente, foi assinalada a importância da participação em feiras e rodadas de negócios e a Secretaria destacou a importância de efetivar este tipo de eventos este ano com vistas, fundamentalmente, à EXPO ALADI 2014.

Isso é tudo o que posso informar sobre a reunião do Grupo, senhora Presidenta. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada. Creio que o relatório é completo, é claro e uma vez tenhamos cópia do mesmo para poder analisá-lo melhor mas creio que não há nada que questionar sobre isso.

#### 5. Relatório da Quadragésima Quinta Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CFM/XLV/Ata)

...Relatório da Quadragésima Quinta Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários. Cedo a palavra ao Subsecretário Rabczuk.

SUBSECRETÁRIO (Pablo Rabczuk). A Quadragésima Quinta Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários teve lugar em 28 de abril passado, em coincidência com as reuniões de governadores realizadas pelo Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA), de acordo com a convocatória efetuada por este Comitê mediante o Acordo 358, de 26 de março passado.

Participaram os 12 bancos centrais membros com suas máximas autoridades. A agenda consistiu na consideração do relatório da Quinquagésima Quinta Reunião da Comissão Assessora, realizada em novembro de 2013 em Lima, e assuntos diversos.

Em relação ao Relatório da Comissão, esta analisou, entre outros temas, o funcionamento do Convênio de Pagamentos, o procedimento provisório adotado para o cálculo de taxas de juros prevista no Convênio de Pagamentos, a recomendação para revisar o marco jurídico do Convênio de Pagamentos, os relatórios sobre o sistema SICAP e a proposta para modificar alguns artigos do Convênio, como o número 15 referido a incluir um parágrafo relativo à suspensão do voto no Conselho para aqueles bancos centrais que não cumpram um programa automáticos de pagamentos, e a substituição do Artigo 23 referido às liquidações antecipadas.

Como resultado das votações, o Conselho aprovou por unanimidade o relatório da Comissão Assessora e adotou a Resolução 110 mediante a qual foi encomendada à Comissão Assessora a revisão integral e geral do marco jurídico do convênio.

Por outro lado, não aprovou a recomendação para modificar os Artigos 15 e 23 mediante 10 votos afirmativos, um voto negativo e uma abstenção, e outros artigos do Regulamento.

Finalmente, não foram apresentados outros assuntos. Consta em suas pastas uma cópia do relatório dessa reunião. É tudo o que tenho para informar, Presidenta.

PRESIDENTA. Muito obrigado, Subsecretário.

#### 6. Assuntos diversos.

...Resta Assuntos diversos. Se algum Representante tiver algo mais a acrescentar à sessão. A Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Muito obrigado, Presidenta. Muito brevemente, reiterar o agradecimento a todas as Representações pela aprovação da resolução e todo o respeito e admiração às mães que trabalham na Associação Latino-Americana de Integração, no Comitê de Representantes, meus parabéns em seu dia queridas mães.

- Aplausos

PRESIDENTA. Damos por encerrada a sessão de hoje. Espero que o tempo que investimos realmente tenha sido de proveito e conseguimos salvar uma dificuldade que realmente estava se tornando algo já muito importante, sem tirar nenhuma importância à declaração mesma.

Obrigada, Embaixador, por toda sua paciência, obrigado aos que ajudaram a resolver este problema rapidamente.